

Turismo e Patrimônio: elaborações simbólicas e memoriais no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos (RJ)¹

Maria Amália Silva Alves de Oliveira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/RJ)

Resumo:

A transformação de lugares em atrativos turísticos efetiva-se tendo por referência diferentes discursos constitui o tema do presente trabalho. Tal proposta, elaborada a partir de dados recolhidos para minha tese de doutorado, apresenta uma série de discursos que acompanharam a edificação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, cuja história remonta a demolição e inundação do conjunto arquitetônico do núcleo urbano da cidade de mesmo nome. Deste episódio emerge um conjunto de disputas pelas ruínas remanescentes da demolição que associados a noções de passado e presente revelam uma gama de significados atribuídos a esse processo social em distintos contextos históricos. Assim ao propor a presente reflexão, busco compreender a lógica presente nesse campo, onde prioridades que aparecem como coletivamente construídas sejam objeto permanente de disputas simbólicas que revelam interesses de diferentes atores sociais.

Abstract:

The transformation of places into tourist attractions is effective by having different reference speeches is the subject of this work. This proposal, developed from data collected for my doctoral thesis, presents a series of speeches that accompanied the building of São João Marcos Archaeological and Environmental Park, whose history dates back to demolition and flooding architectural ensemble of the urban core city the same name. This episode emerges a set of disputes by the remaining ruins of the demolition associated with notions of past and present reveal a range of meanings attributed to this social process in different historical contexts. So to bring this

¹ “Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.”

reflection, I seek to understand the logic in this field, where they appear as priorities are collectively constructed permanent object symbolic disputes that reveal interests of different social actors.

Palavras-chave: Discursos; Memória; São João Marcos

Key-words: Speeches; Memories; São João Marcos

Introdução

Este trabalho tem por objetivo de descrever e analisar uma série de discursos acerca das ruínas do centro urbano do extinto município de São João Marcos² (RJ) e para tal, utilizo-me dos dados de pesquisa coletados durante trabalho de campo para elaboração de minha tese de doutorado.

De acordo com Decreto E-18/000.062/90 o tombamento provisório das ruínas do conjunto arquitetônico do centro urbano do extinto município de São João Marcos ocorreu em nível estadual no ano de 1990. Porém, a história do processo é anterior. Houve, em 1939, o primeiro tombamento do município de São João Marcos. Este processo foi revogado em 1940 por conta da ampliação do espelho d'água da usina hidroelétrica de Lages, que iria alagar toda a cidade. Ocorreu então a demolição e a inundação, a Cidade, como consequência, foi transformada em ruínas. Em 1941 a usina hidroelétrica de Lajes indicou que não seria necessário manter as ruínas da cidade submersas. Houve, neste momento, o início de um processo de disputas práticas e simbólicas relacionadas à incorporação das ruínas ao cenário urbano de Rio Claro, município que incorporou o território da antiga São João Marcos. Há um conjunto de agentes sociais envolvidos nesta disputa. São eles: a Light Serviços de Eletricidade S.A., o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC, a Prefeitura de Rio Claro representada pela Secretaria de Cultura, além dos movimentos sociais que integravam ex-moradores e seus descendentes, conduzidos pela prefeitura.³

² O extinto município de São João Marcos é atualmente um dos distritos do município de Rio Claro que se localiza na região do Vale do Rio Paraíba, no sul do estado do Rio de Janeiro.

³ Para leitura integral deste processo, ver OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de (2012).

O conjunto de disputas pelas ruínas de São João Marcos promoveu a construção e a manutenção de uma série de sentidos associados à cultura local, cultura nacional, patrimônio público e responsabilidade social. Formou-se uma arena pública de disputa onde todos os agentes ativavam seus capitais simbólicos, econômicos, sociais e intelectuais para lutar pela definição do futuro das ruínas da Antiga São João Marcos. O resultado final foi a transformação das ruínas em patrimônio público estadual e a construção do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos.

O projeto de construção do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos (RJ) foi elaborado por uma equipe técnica composta por arqueólogos, museólogos, ambientalistas e paisagistas, arquitetos, historiadores e outros profissionais das seguintes organizações: Instituto Cultural Cidade Viva (ICCV), Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), Museologia e Museografia Ltda (MUSEO), Prochnik Arquitetura, Consultoria Ambiental e Paisagismo Ltda (CAP) executaram sob a supervisão e fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e com o apoio e colaboração da ELETRONUCLEAR, da Prefeitura e da população de Rio Claro (RJ). Essa proposta foi idealizada e financiada pelo Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social⁴, objetivando ao “atendimento das necessidades recreativas e educacionais das populações que lhe são próximas, além daquele de promotor do turismo no município, papéis estes facilitados pela sua proximidade às cidades do Vale do Paraíba e à Região Metropolitana do Rio de Janeiro.” (informação constante no material de divulgação do Parque - 2009)

O Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos está localizado às margens da Represa de Ribeirão das Lages (Piraí/RJ) e da antiga Estrada Imperial que ligava o município de Mangaratiba (RJ) ao estado de Minas Gerais e, é um espaço físico composto pelas ruínas da cidade de São João Marcos e por uma área de proteção ambiental da Mata Atlântica situada entre o norte e o sul do estado do Rio de Janeiro. As ruínas são os resquícios da demolição imposta às construções domésticas, públicas e

⁴ O Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social é a interface da Light Serviços de Eletricidade S.A com os consumidores e com a sociedade na discussão e busca de soluções para os problemas urbanos que interferem na prestação de serviços. Por meio de seus diversos campos de atuação, é um espaço de participação e colaboração, promovendo ainda a cultura e preservando a memória da empresa e do Rio de Janeiro. A principal missão desse Instituto, conforme consta na página virtual da Empresa é: “Contribuir para o aprimoramento das condições econômicas e sociais da área de concessão da Light, através de programas que vinculem responsabilidade social com o interesse funcional e o domínio geográfico da empresa, apoiando a promoção do bem público e, ao mesmo tempo, a lucratividade de longo prazo da empresa.”

privadas do centro urbano daquela cidade objetivando a realização de obras de ampliação da Represa de Ribeirão das Lages. O Parque detêm em suas dimensões espaciais elementos da cultura material e da natureza tombados e protegidos por dispositivos legais. Os vestígios da antiga Cidade foram tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) no ano de 1990 e a flora e a fauna representativa da Mata Atlântica e que se estende pelo entorno da Represa de Ribeirão da Lages é área de proteção ambiental classificada como Unidade de Conservação (UC).

Além de repositório dos aspectos culturais e ambientais citados, o Parque apresenta-se também como espaço de lazer, difusor de uma narrativa relacionada à memória dos acontecimentos que culminaram com a demolição e inundação de São João Marcos e, indutor da atividade turística no município de Rio Claro. Desta forma, a concepção do Parque é a soma dos conceitos de parque arqueológico, museu de território e reserva particular de proteção natural, ocupando uma área de 930 mil m².

A entrada do Parque se dá no quilometro vinte da RJ 149 da estrada Rio Claro-Mangaratiba, onde se encontra um pórtico e as placas indicativas. Estando parte considerável da RJ 149 inserida no Parque Cunhambebe. O espaço físico do Parque que está franqueado a visitação pública é denominado Centro de Visitação e abrange uma área destinada ao acolhimento e serviços de atendimento aos visitantes composto por espaço para confraternização de pequenos grupos, banheiros, cafeteria, loja e instalações de guarda volumes; uma arena a céu aberto, destinada a apresentações musicais, festejos folclóricos e palestras; uma área musealizada composta pelo Centro de Memória e pelo Circuito de Visitação às Ruínas.

No Centro de Memória o visitante encontra informações sobre a história social, política, econômica, urbana e cultural de São João Marcos. Esse acervo é composto por documentos e objetos originais dispostos na forma recursos audiovisuais e sonoros, painéis suspensos, dois tipos de vitrines verticais embutidas e, ainda, a maquete de São João Marcos reconstituindo em escala a configuração da cidade na década de 1930-1940. Já o Circuito de Visitação das ruínas conta com aproximadamente 650 m de extensão, distribuído nas antigas ruas Jorge Americano, Ribeiro de Almeida, 27 de setembro, Capitão Jorge Soares, Sebastião Lacerda e 5 de julho. Nestas se encontravam edificações urbanas de importância, tais como a Igreja Matriz, a casa do Capitão Mor, a Câmara Municipal e o Teatro Tibiriçá. A identificação de ruas e edificações é feita com a utilização de painéis e placas que contêm informações concisas e curiosidades,

complementares àquelas do Centro de Memória, além de mapas de localização, nomes de ruas e a identificação de residências de alguns de seus moradores. Complementam estas informações, guias impressos e folhetos com demais esclarecimentos acerca dos principais pontos de atração do Parque, arqueologia, o histórico da cidade e as características ambientais da região.

O Centro de Visitação abriga ainda um espaço de guarda do acervo que tem sido reunido ao longo das pesquisas arqueológicas realizadas no local. Esse espaço é composto por uma sala de limpeza e higienização dos diversos materiais encontrados, por sala de identificação e registro desse material e por uma sala destinada à reserva técnica dotada de controle de temperatura e umidade com vistas a possibilitar aos estudiosos o acesso ao resultado das pesquisas realizadas por equipes multidisciplinares. O Parque, além de fomentar a atividade turística objetiva também, segundo o Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social “contribuir para a conscientização ambiental e patrimonial, em particular, da população do Vale do Paraíba. Adicionalmente, passaria a integrar e enriquecer o conjunto de bens de interesse turístico oriundos do ciclo do café.”. Entretanto, para a elite política e para a população de Rio Claro e municípios vizinhos como Mangaratiba, Piraí, Volta Redonda, Angra dos Reis, Itaguaí, entre outros, especialmente as pessoas com laços próximos de parentesco com os habitantes originais de São João Marcos, o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos foi recebido como uma “reparação da dívida” deixada em 1940 pela The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, atual Light Serviços de Eletricidade S.A.

A interpretação nativa de “*reparação da dívida*” está relacionada ao fato de os marcossenses⁵ não esquecerem o fato de no ano de 1941 a Cidade ter tido seu centro urbano demolido para que local viesse a ser inundado pelas águas da Represa de Ribeirão das Lages e, dessa forma, atender a demanda de abastecimento de água e eletricidade da cidade do Rio de Janeiro, então Capital da República. O episódio, considerado como a “*a maior mágoa*”⁶ daquela população é ainda mais polêmico por ter sido executado pela Empresa⁷ que hoje implanta o Parque Arqueológico e Ambiental

⁵ Gentílico daqueles que nasceram em São João Marcos.

⁶ Categoria nativa.

⁷ Na década de 1930 a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company era uma empresa canadense responsável pela geração, fornecimento e abastecimento de energia elétrica para a Cidade do Rio de Janeiro e outros municípios do estado do Rio de Janeiro, inclusive São João Marcos. Ao longo da trajetória desta Empresa, devido aos processos de transferências da mesma entre as iniciativas pública e privada, ela passou a ser uma empresa brasileira e atualmente é denominada Light Serviços de

de São João Marcos no local onde estão concentradas as ruínas dos casarões, prédios públicos e privados e construções religiosas demolidas através de golpes de marretas ou dinamite. Sobretudo, marca a todos os envolvidos o fato da água não ter permanecido no nível previsto pelo projeto de ampliação da Represa e como a água não cobriu suficientemente todo o centro urbano, fica a “*ferida exposta*”⁸ no que tange a percepção de que a demolição teria sido desnecessária e, por outro lado, a resposta da então The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company de que os cálculos estavam corretos e que a capacidade máxima foi atingida uma vez e, sobretudo, que todos os moradores foram indenizados para deixarem suas casas.

Diante do exposto, conforme mencionado no início dessa Introdução, a proposta do presente trabalho é demonstrar que a transformação de lugares em atrativos turísticos efetiva-se tendo por referência diferentes discursos. Assim sendo, pensar esses processos sob o prisma de significados atribuídos aos discursos que permeiam as políticas públicas que abrangem o patrimônio supõe compreender a lógica presente nesse campo, onde prioridades que aparecem como coletivamente construídas sejam objeto permanente de disputas simbólicas que revelam interesses de diferentes atores sociais.

Discursos

O passado

“*foi uma humilhação, todo mundo se sentiu vencido... escorraçado*”(J.⁹ - ex morador)

A inundação de São João Marcos é percebida por seus moradores e por aqueles que fazem parte dessa história como um “*drama*”¹⁰ que não precisava ocorrer. A água

Eletricidade S.A. Para maiores detalhes sobre esse processo, ver OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de. (2012).

⁸ Categoria nativa.

⁹ Esclareço que optei por seguir a tradição antropológica e omitir a identidade de meus informantes no intuito de garantir a preservação de privacidade. Desta forma, todos os entrevistados serão distinguidos por uma letra que não mantém relação com os nomes dos mesmos, tendo sido atribuídos aleatoriamente.

¹⁰ Durante a realização de entrevistas, ouvi de alguns entrevistados o termo “drama” para qualificar a situação vivida em São João Marcos, quer por parentes de entrevistados que me narravam memórias daqueles que lá haviam morado, quer por eles próprios. Ao usarem o termo “drama”, os entrevistados

cobriu inteiramente a Cidade uma única vez após a conclusão das obras e tal fato descredencia os argumentos utilizados pela Light para justificar a retirada de centenas de famílias e a destruição do conjunto arquitetônico local. A The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company já havia adquirido propriedades no local e o governo federal desapropriou outras tantas, esse procedimento é interpretado por representantes do poder local, estudiosos e descendentes de moradores como uma preocupação da empresa em não permitir o retorno de moradores, assim como, impedir que nas áreas próximas a represa houvesse qualquer núcleo de resistência. Fato é que o discurso local coloca a atual Light Serviços de Eletricidade S.A como vilã de todo o processo e enfatiza como a maior das vilanias a não manutenção do alagamento da antiga Cidade.

De acordo com historiadores, moradores e seus descendentes e documentos de época, a Cidade, isto é, o centro urbano de São João Marcos teria sido inundado apenas uma vez, fato que aponta para um provável erro de cálculo por parte de técnicos da antiga de The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company que não justificaria a demolição do casario e prédios públicos. Das mesmas fontes, vem a informação de que a Cidade como um todo não permaneceu inundada, tendo em vista o baixo do nível de água represa por Ribeirão das Lages. Segundo a Prefeitura de Rio Claro, a única parte de São João Marcos que realmente manteve-se com água foi o antigo distrito de São Sebastião do Arrozal, na parte baixa.

De modo geral, a memória coletiva desses moradores inicia-se no período que antecede a chegada da The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, sendo esse período classificado, como:

Lá era bom, as famílias viviam em constante calma, tranquilidade, não dependiam de nada, tinham transportes. Só os mais ricos tinham carro. Lá tinham muita felicidade. Tudo era concentrado em São João Marcos. Só faltava ter ouro. Tudo lá era motivo de festas: tinha pastorinhas, folia de Reis, festa junina e o carnaval que era o melhor da cidade.” (Relato do filho de uma moradora de São João Marcos em entrevista).

buscavam exprimir uma dor resultante de uma perda, de uma ruptura, de uma crise. Por parte dos entrevistados não há correlação entre “drama” e o conceito de drama social, elaborado por Victor Turner; para os entrevistados, “drama” é o sofrimento individual e coletivo que o episódio da demolição e inundação de São João Marcos provocou em suas vidas. Por outro lado, enquanto registrava os dados coletados, o “drama” deles me conduziu ao conceito de drama social de Turner enquanto ferramenta de análise para as discussões propostas na tese.

Esse aspecto significativo da memória diz respeito a origem de um grupo, de uma comunidade dotada de temporalidade própria que se distingue substantivamente do tempo histórico. Para esse grupo, há o “*tempo antes da Light e o tempo depois da Light*”. Os marcessenses, entendidos aqui como aqueles que vivenciaram o episódio de demolição e inundação de sua cidade, não se conformaram com o destino de São João Marcos e repassaram essa memória para seus filhos e netos conforme relatou em entrevista o filho de uma moradora de São João Marcos

minha mãe preferiu não voltar mais lá, queria guardar a imagem da Cidade. Ela nos falava muito sobre o local, como era lá, como viviam bem e depois da Light tudo mudou... ela também conversava muito com os outros os irmãos sobre o andamento das águas e toda vez que encontrava alguém de lá, eram muitos em Muriqui, ficava mais triste que alegre.

Entrevistas realizadas por ocasião de trabalho de campo para elaboração da tese revelam que ao falarem sobre o episódio da demolição e inundação é recorrente que eles se reportem a uma “*luta*” dos moradores, sendo essa “*luta*” sempre associada a “*dificuldade*” e até mesmo a “*inutilidade*” da mesma perante ao “*poderio econômico*” que representava The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company. A “*luta*” e a resistência em preservar a memória coletiva de São João Marcos incide então, sobre a propagação da memória “*Ela nos falava muito sobre o local, como era lá, como viviam bem e depois da Light tudo mudou...*”. Desta forma, a propagação da memória foi a estratégia encontrada pelos moradores para “*lutar*” contra a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company e posteriormente, Light Serviços de Eletricidade S.A.

Além da reprodução e propagação da memória da demolição e inundação de São João Marcos a “*luta*” também é marcada por outras formas de demonstração do descontentamento com a Empresa, sendo essas manifestadas através da inadimplência, do furto de fios elétricos e do roubo de energia através dos mecanismos denominados “*gatos*”. A região de Rio Claro era, nesse quesito, um grande problema para a Light Serviços de Eletricidade S.A, pois os mais altos índices dessas ocorrências localizavam-se na região.

O presente

“sobretudo, a inauguração do Parque é um evento político... para poucos convidados...”. (L. - Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social)

Dia nove de junho de 2011 foi a data que conciliou as agendas dos representantes das distintas instituições convidadas para a inauguração do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. A maior dificuldade deveu-se a agenda do então vice-governador do estado do Rio de Janeiro e devido aos seus inúmeros compromissos, houve o adiamento da data de inauguração por quatro vezes, pois sua presença era considerada fundamental para a ocorrência do ritual.

Classificado de forma nativa como “evento político”, analisei o ritual de inauguração do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos inspirada em Palmeira e Heredia (1995). Entendo o “palanque”¹¹ ali exposto composto por membros de uma mesma facção política, embora nem todos ocupem cargos eletivos, representam instituições cuja política partidária impõe regras, designa ocupantes de determinados cargos e direciona suas atividades e, desta forma, os alinhamentos políticos os alcança e promove posicionamentos que na situação em análise, favorece a compreensão do evento através do conceito de facção definido pelos autores anteriormente citados. Observando o palanque organizado, especialmente os discursos e falas proferidas, a questão que se coloca é: para quem esses discursos e falas foram proferidos?

O evento de inauguração teve sua lista de convidados composta por políticos do município de Rio Claro e municípios vizinhos, membros de órgãos públicos de cultura e de meio ambiente, imprensa local, regional e estadual, membros de algumas famílias que moraram em São João Marcos, alunos de uma escola pública do município, representantes das empresas que atuaram no processo de construção do Parque, assessores dos políticos e estudiosos interessados no tema, como eu e dois outros pesquisadores. Nesta relação, nota-se a ausência de um público mais amplo composto pelos diversos segmentos da população de Rio Claro e regiões vizinhas, nota-se também que o evento foi preparado para que no âmbito daquela facção fossem reafirmados determinados valores.

¹¹ Estrutura física que evidencia os que nele estão pelo caráter estratégico de localização, altura e posicionamento perante a uma plateia assistente. Neste trabalho, tomo o termo “palanque” de empréstimo de Palmeira e Heredia (1995) que utilizam o mesmo enquanto espaço social de verbalização de discursos e onde ocorrem intensas disputas, não pela preferência de público e consequente voto e sim, pela disputa por prestígio, poder e força no interior de uma facção.

Em sua análise sobre a realização de comícios, especialmente no que tange a observação relativa ao fazer parte de um palanque, Palmeira e Heredia (1995) explicitam que aqueles que conseguem “subir em um palanque” o fazem com anuência daqueles que controlam esse espaço. No caso da inauguração do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, os controladores do mesmo foram os organizadores do evento, ou seja, o Instituto Light para o Desenvolvimento Social e Urbano, através da equipe de coordenação do projeto do Parque. Transcrevo então, parte dos discursos¹² proferidos no dia da inauguração do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos:

Vice-Governador do estado do Rio de Janeiro iniciou sua fala saudando aos presentes e enfatizando sua “emoção e alegria” por estar na “região”.

Sou filho dessa região, muito me alegre por estar aqui e do lado de pessoas muito importantes, como o Sebastião do Valle... comecei com ele na política, aprendi muito com ele... meu pai era funcionário da Light e essa região é muito importante para o estado do Rio e o Rio deve muito a ela porque precisa dela... a água utilizada lá na Cidade vem dessa região... fala-se muito em limpar a baía de Guanabara, mas antes tem que limpar o Paraíba do Sul... é dele que vem a água que abastece o Rio... acho que das parcerias que nós fazemos deveria ter uma para construir um museu da água e museu da energia elétrica.... as parecerias entre o público e privado são muito importantes... elas devem continuar acontecendo para que coisas como esse Parque possam ocorrer... hoje é um dia de grande emoção para todos nós, que conhecemos a história dessa região e convivemos com as ações do passado. É uma homenagem à cidade e ao seu povo. Esse parque é extraordinário. É uma região rica. Tem que mostrar tudo que aconteceu. Será um destino turístico muito bonito.

Em seguida foi a vez do então prefeito de Rio Claro:

Cumprimento a todos os presentes... É uma luta de mais de vinte anos... lembro aqui de todos que estiveram juntos nessa caminhada, o pessoal antigo da Light... o Alqueres, o Serra e outros tantos... moradores de Rio Claro... a abertura do Parque representa a vitória de uma luta de mais de 20 anos para devolver à cidade e ao povo a sua história. O importante é que nosso sonho virou realidade! Agradeço e parabênizo a todos que ajudaram a realizar este belo Parque.

Seguiu ao discurso prefeito de Rio Claro a fala do então Presidente da Light Serviços de Eletricidade S.A:

A história da Light está ligada a de São João Marcos. No início, a Light estava voltada para fornecer energia para transporte e não energia elétrica para a Cidade do Rio. Com o passar do tempo, a situação mudou e a Light

¹² Esclareço que optei por mencionar os cargos e não os nomes das personalidades cujos discursos foram parcialmente transcritos pelo fato de muitos não ocuparem mais os cargos citados e também por entender que tais falas carregam em si a visão das instituições que representavam.

ficou responsável também pelo fornecimento de energia elétrica... a represa de Lajes foi a primeira construída para a geração de energia, em 1908. Depois, houve a necessidade a ampliação da represa de Ribeirão das Lages e a consequente inundação e desaparecimento de São João Marcos. para a ampliação no fornecimento de água para o Rio de Janeiro. o que aconteceu com essa região é um dilema que ainda vivemos, mas na ocasião foi tratado como algo político, vivíamos em uma ditadura e não em uma democracia. O parque é um ato de valorização da memória, uma homenagem as pessoas do passado. É preciso resgatar a história, a memória tem que ser revisitada e lembrar para as gerações futuras. Só a cultura nos ensina a enxergar. Não nascemos no dia marcado em nossa certidão. Temos muito a comemorar... essa iniciativa representa o resgate da história dessa área e a preparação para o futuro e a manutenção de sua memória. A inauguração desse parque resgata a história da cidade e lança as sementes para o futuro de preservação do meio ambiente. Parabéns a todos que ajudaram a tornar realidade o Parque de São João Marcos. Uma grande contribuição para o desenvolvimento da região foi dada e o desafio agora do Parque é o desafio da sustentabilidade.

A secretária de cultura do estado do Rio de Janeiro falou em seguida e iniciou saudando os presentes no palanque e membros da secretaria de cultura que a acompanhavam na ocasião. Após, ressaltou:

É com muita alegria e satisfação que participo da inauguração deste Parque, que inscreve o estado do Rio de Janeiro numa nova etapa quanto à preservação da memória desta região, do meio ambiente e de sua cultura. Essa área pode se transformar num novo pólo turístico, a ser inserido no roteiro do Vale do Café, colaborando ainda mais na atração de novos turistas na cidade e no estado. Parabênizo a todos que colaboraram para a realização desse projeto e a Secretaria Estadual de Cultura dará todo apoio para auxiliar esse empreendimento. Estamos revelando o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos para o estado do Rio de Janeiro e o mundo! A preservação da memória é mais importante que lamentar a perda da cidade. É mais importante contar essa história porque a criação do Parque representava o início de uma nova etapa para o local, para o incremento da preservação ambiental e como novo polo turístico.

No que tange as falas proferidas, vale ainda registrar as declarações feitas a imprensa local presente na ocasião e que posteriormente foram publicadas nos jornais do município de Rio Claro e de outros municípios que compõem o circuito turístico denominado “Ciclo do Café”¹³.

Vice-Governador do estado do Rio de Janeiro:

Estou muito emocionado ao inaugurar e também presentear essa extraordinária região com um Parque Arqueológico e Ambiental, pois somos responsáveis por quase 96% do abastecimento de água para o Rio de

¹³ O ciclo do café no estado do Rio de Janeiro corresponde ao período de tempo que vai do final do século XVIII ao final do século XIX, período este em que a produção e exportação de café constituiu a base principal da economia do estado.

Janeiro. Como filho dessa região, parablenizo a Light pela iniciativa em parceria com a SEC, pois representa um resgate da violência realizada nesta área e tenho certeza de que mudará essa história, com maior cuidado ao meio ambiente e o patrimônio cultural regional. Vamos viabilizar diversas atividades junto com a iniciativa privada, para incrementar ainda mais essa área. É necessário ser criado um museu da energia elétrica e da água para pagar a dívida do estado com esta região. Governo do Estado vem trabalhando para levar projetos de preservação e cultura a todas as regiões. (JORNAL FOLHA VALE DO CAFÉ)

O deputado estadual G. (PSB) disse ao mesmo jornal:

Esse parque é muito importante para a memória de nossa região. São João Marcos foi a primeira cidade tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional, em 1939. E quando houve a decisão de ser inundada, a cidade foi “destombada”¹⁴ e, para manter bem-estar de seus moradores, o governo negociou as terras com os proprietários locais. Será importante, pois vai resgatar a história de nossa região. Esse museu de São João Marcos, além de abrir as portas da represa, vai mostrar também a história de como foi formada a represa. Além do mais, as crianças poderão visitar para conhecer um pouco mais da história.

E o vice-prefeito de Piraí, comentou:

Eu acho que será muito importante, pois resgata não só a História da cidade de São João Marcos, mas de nossa região. Pretendemos seguir nessa mesma direção. Nós já conversamos com o presidente da Light, Kelmam, para construir em Piraí um museu histórico da energia e da água. Pode ser também um marco importante no turismo no município de Piraí” (JORNAL FOLHA VALE DO CAFÉ)

Esse material aponta para o fato de que a inauguração seria um marco, o início de um tempo que pode ser compreendido através do consumo turístico do Parque:

“... o Parque é primeiro atrativo turístico de Rio Claro que como município pertencente à região da Costa Verde será um atrativo de peso pra incluir Rio Claro nesse roteiro. Observo que já há uma mudança no empresariado local, que está investindo em mão de obra especializada. Os moradores também estão se capacitando. Tenho certeza de que o turismo irá contribuir para o desenvolvimento sustentável de Rio Claro” (A. - Secretaria de Turismo de Rio Claro)

“...estamos plantando apenas uma semente. Tomem para si a responsabilidade de fazer deste parque um instrumento potencial de turismo” (I. – Instituto Cultural Cidade Viva);

“Os turistas vão encontrar o que nós chamamos de museu de território. A área de visitaçãõ conta com 33 metros quadrados totalmente tratados do ponto de vista arqueológico e museológico. São três quilômetros de uma

¹⁴ Categoria nativa que refere-se ao revogaçãõ do tombamento conferido ao conjunto arquitetônico do núcleo urbano de São João Marcos no ano de 1939.

trilha totalmente sinalizada. Nela, o turista será informado sobre o local onde está e o que havia ali antes” (L. – Instituto Light).

A inauguração do Parque também seria um marco, se compreendido através do resgate de um patrimônio:

“Resgatar São João Marcos é um dever e um desafio que se impôs para a própria Light, um dos herdeiros dessa triste história. O desafio foi agora materializado através da implementação do Parque Arqueológico e Ambiental de SJM, onde o resgate do patrimônio cultural e natural é fator transformador para que futuras gerações apreendam os valores do passado” (M. – Arquiteta e Diretora Geral do INEPAC, 2010).

E seria ainda um marco se compreendido através da noção de recomeço: “De suas ruínas pode-se criar um novo cenário...” e “A ideia de criar o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos nos parece oferecer àquele sítio a nova chance de que nos fala o poema...” (C. – Arquiteto e superintendente do IPHAN, 2010)

Retomando Palmeira e Heredia (1995), os discursos proferidos no palanque e fora deste nos dias próximos a esse evento, revelam os significados desse projeto para os diferentes segmentos daquela facção. Para o então vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, o Parque é uma *“homenagem à região”*; para o então prefeito de Rio Claro, o resultado de uma *“luta”*; para a Light Serviços de Eletricidade S.A, *“uma homenagem as pessoas do passado”* e um *“resgate da história”* e para a Secretaria de Cultura, *“uma nova etapa quanto a preservação da memória da região”*, e nessa perspectiva, *“é mais importante contar essa história porque a criação do Parque representa o início de uma nova etapa”*. Os valores revelados fornecem os contornos de significação do Parque e esses valores estão associados a um porvir atrelado a atividade turística, a reelaboração de um patrimônio e a um recomeço.

Ao entender o ritual de inauguração enquanto espaço simbólico de manifestação de uma facção busco demonstrar que o significado do Parque para os que desse grupo fazem parte assemelham-se, inclusive para aquele conjunto de moradores que são os detentores da memória oficial desse processo e, não casualmente, estavam entre os convidados. Entretanto, como colocado anteriormente, há diferentes segmentos da população local não contemplados durante este ritual, pois a inauguração era, *“sobretudo um evento político”*. Para dar conta dos significados do Parque na visão daqueles que não fazem parte dessa facção, recorri a dados coletados em entrevistas, das quais apresento os seguintes trechos: *“É muito bom, muito bom porque tem uma*

lembrança... não tem tudo” (antigo morador falando sobre o Parque); outra: *“É uma lembrança que nós tem de antigamente, da fartura*” (frequentador de São João Marcos nos períodos de férias, em entrevista); ou ainda: *“Pelo menos São João Marcos volta não como era, mas como lembrança*” (filho de moradora). Para membros de variados segmentos da população, a edificação do Parque é uma retribuição e também uma reparação de *“um erro do passado”*, sendo a frase *“é uma luta de vinte anos”* proferida pelo Prefeito de Rio Claro durante seu discurso na inauguração um indicativo das constantes acusações e contra acusações que permearam a relação entre a Light Serviços de Eletricidade S. A. e a população de Rio Claro.

As ruínas do conjunto arquitetônico do centro urbano de Rio Claro apoiada nos elementos “pinçados” da memória coletiva local, tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, transformadas em sítio arqueológico e abrigadas em um parque turístico de mesmo nome receberam com a inauguração do Parque uma narrativa cujo processo de divulgação a coloca em caráter oficial. Patrimônio enquanto categoria de pensamento, tal como apontou Gonçalves (2003), é polissêmica, envolvendo vários sentidos e assume no mundo moderno três dimensões, pois é categoria jurídica, política pública e instrumento de comunicação social. Gonçalves também argumenta que o conceito moderno de patrimônio está ligado à existência do Estado Nacional, mas esta relação não seria aparente, principalmente porque o uso em uma variedade de discursos, tais como patrimônio econômico, financeiro, familiar, cultural, arquitetônico, ecológico, etc; naturalizou-o.

O mesmo autor (2002) esclarece que o patrimônio é constituído narrativamente como alegoria, isto é, constituído para representar uma coisa cujo sentido era significar outra e exemplifica sua afirmativa abordando a questão da nação cuja constituição se efetivou através do processo de perda, pois a identidade nacional estava sendo construída em meio ao processo de desaparecimento. A nação vista como objetivada, autorizava o tratamento e a preservação do patrimônio. O patrimônio instituído era ao mesmo tempo produto e produção desta objetivação cultural. A nação enquanto entidade naturalizada, única, servia de referência aos repositórios de significados que seriam utilizados na constituição do patrimônio. Neste sentido foi possível pensar a proteção do patrimônio como proteção da nação.

De acordo com Gonçalves (2007) o patrimônio deve ser entendido como mediador entre mortos e vivos, deuses e homens, nacional e estrangeiro, podendo ser pensando como fato social total, tal como apontando por Mauss. No mesmo trabalho, o

autor ainda aponta características inerentes ao patrimônio enquanto conceito moderno. A primeira delas seria a ressonância, isto porque não basta o Estado consagrar um bem como patrimônio, o bem precisa articular ligação do presente com o passado. Outra característica do patrimônio é a sua materialidade, mesmo que seja intangível ou imaterial. Para o autor, o conceito articulado à concepção antropológica da cultura, valoriza as relações sociais e simbólicas e estas no limite podem ser pensadas a partir da oposição entre o material e o espírito, tal como faz Bakhtin (1993), tornando-o indistinto na categoria. A terceira característica giraria em torno da construção das subjetividades, ou seja, o patrimônio por estar ligado ao passado, como algo herdado ao mesmo tempo em que construído/adquirido, tem inúmeras possibilidades de correlações, todas gerando e necessitando de autoconsciência. A reunião dessas características faz do patrimônio uma categoria de pensamento e, conseqüentemente, um poderoso instrumento de análise da sociedade atual.

Nesta perspectiva o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos pode ser decodificado enquanto categoria de pensamento através da constituição de uma narrativa apoiada nas três características anteriormente mencionadas como inerentes ao patrimônio, sendo as ruínas concebidas para como mediadoras de dois universos: o da cidade edificada e o das ruínas dessa cidade. O tempo antes da construção do Parque surge como tempo do conflito, das tensões, da reafirmação da “mágoa”. O tempo após a construção do Parque é o tempo da restituição do valor, da esperança de retomada do papel de destaque no cenário do estado do Rio de Janeiro e a inserção em um circuito mercadológico que confere prestígio pela exibição, pois, como mencionou o vice-governador do estado do Rio de Janeiro: *“Está na hora da região voltar a ter seu destaque... o Parque vai fazer isso porque o turismo aqui vai acontecer...”* Conforme coloca Gonçalves (1996), o entendimento sobre a concepção de patrimônio deve considerar que o mesmo não é somente um reflexo das ações somadas de diversos agentes no processo de transformação de ideias, e sim o resultado de invenções discursivas previamente formuladas e com o propósito de formar uma consciência histórico-cultural definida.

O patrimônio traz com a edificação do Parque a noção de progresso, conforme apontam os discursos proferidos na inauguração do mesmo e nesse contexto o progresso agora irá incidir sobre e para São João Marcos. A edificação do Parque representou para os moradores de São João Marcos e seus descendentes uma ressignificação da

identidade anteriormente associada a perda. Análises futuras poderão responder quais os valores permeiam a identidade em construção nesse momento:

“E, certamente, isso decorre a partir de um novo olhar: aquele capaz de perceber as oportunidades que a história ou a natureza, neste início de terceiro milênio, representam como alternativas de desenvolvimento, quando, antes, tudo o que se enxergaria ali seria a ruína e mato” (C.– Arquiteto e superintendente do IPHAN)

Assim sendo, a análise construída a partir dos discursos apresentados na inauguração do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos observa-se uma convergência para um recomeço onde o município de Rio Claro através das ruínas da cidade de São João Marcos estaria penetrando no circuito turístico da Região da Costa Verde e constituído narrativamente por elementos pinçados da memória coletiva local. Desta forma, no caso em análise, o turismo pode ser entendido como o veículo transmissor de uma mensagem, sendo nessa perspectiva um produtor de heranças culturais tal qual um museu (Kirshenblatt-Gimblett, 1998) e a mensagem que se pretende transmitir fruto de um processo de disputas cuja negociação é a materialização do Parque.

O “passado” no “presente”: elaborando a narrativa do consenso

“Não importa a história que se tenha para contar. Importa que seja contada, até para que possamos saber o que fazer quando a vida nos oferecer a segunda chance.”
(Secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro)

Analisando a construção e o funcionamento do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos é possível perceber que os projetos museológico, museográfico, paisagístico e arquitetônico tiveram como objetivo evidenciar uma memória e expor a materialidade da mesma, isto é, as ruínas no formato de sítio arqueológico abrigado em um parque turístico aberto a visitação pública. “Evidenciar” e “expor” são faces de um processo de transmissão de determinado conteúdo para determinado público. A transmissão dessa memória é percebida pelos envolvidos nesse processo de edificação como um ato de *“educar patrimonialmente”*. Na perspectiva de arqueólogos e museólogos envolvidos no processo edificação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos *“educar patrimonialmente é levar adultos e crianças a*

um processo ativo de conhecimento crítico através da apropriação consciente e consequente valorização de sua herança cultural, fortalecendo os sentimentos de identidade e cidadania.”

À discussão sobre educação patrimonial soma-se a discussão acerca dos conceitos de educação e de interpretação patrimonial. Costa apud Vervenka ([1994] 2009) entende que não são os conteúdos transmitidos na educação patrimonial e interpretação patrimonial que as diferenciam e sim, a maneira como as informações são transmitidas. Tanto educação patrimonial quanto a interpretação patrimonial quando observadas pelo prisma de quem está na posição de assistente de determinada atividade desse cunho, seriam processos de modificação de comportamento resultante de uma prática ou experiência anterior, um processo contínuo no qual se interpreta o entorno enquanto adquirem-se informações por meio dos sentidos, de observações ou daquilo que é informado e, quando observadas pelo prisma de quem transmite essas informações, seria um processo comunicativo.

Assim educação patrimonial no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos está inserida no Programa Educativo Regional elaborado para direcionar o processo de visitação no Parque. O Programa foi iniciado em 30 de agosto de 2010 com a realização de um seminário em Colégio de Rio Claro organizado e executado pelo Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social e pelo Instituto Cultural Cidade Viva para um público composto de professores, coordenadores e diretores de escolas públicas desse município e vem sendo sustentado por uma agenda de visitas programadas e oferecidas para as escolas públicas da região, sendo nessas visitas vinculadas a uma mensagem, cujo conteúdo pode ser assim resumido:

A saga de São João Marcos expressa o dilema de nossa civilização, resultante da demanda de progresso e busca de riqueza material, por um lado, em detrimento da perda de um patrimônio cultural e ambiental, por outro. Este dilema crescente foi acentuado a partir das revoluções industrial e tecnológica dos séculos XIX e XX, em sua sede insaciável por mais e mais energia. A visão contemporânea é a de que, situações como essa podem ser sempre contornadas. Teria sido o caso de São João Marcos, onde exigências de construção e operação dos reservatórios de Lajes acabaram por deixar o sítio urbano, hoje reduzido a ruínas, permanentemente à mostra. Demolida a Cidade e abandonado o local durante quase 70 anos, largada aos sedimentos que escorrem dos morros vizinhos e à mata que o reocupa a região fizeram com que São João Marcos fosse quase esquecida. A Light tomou a histórica decisão de reverter este processo de

esquecimento e recuperar a memória de São João Marcos. Resultado desta decisão é a implantação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. (Serra, 2011)

O conteúdo da mensagem vinculada no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos foi organizada a partir da seleção de aspectos da memória coletiva local e seu conteúdo expresso através da “educação patrimonial”, enfatizando traços que contribuem para a reativação de uma identidade cultural do antigo marcossense apoiada no caráter festivo do povo de São João Marcos e no período do apogeu econômico vivenciado por aquela sociedade. Segue-se a ênfase nesses aspectos culturais locais, o “*imperativo do progresso*” que “*obrigou*” a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company S.A. a demolir e inundar o centro urbano de São João Marcos e por último, a ideia de que o Parque é um recomeço dotado da “*missão*” de “*educar para que fato semelhante não volte a ocorrer*”. Essa é a mensagem comunicada no processo de educação patrimonial do Parque e também o discurso que envolve o “*presente da Light para a população daquela região*”.

O Programa de Educação Regional do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos revela através de sua proposta de educação patrimonial que determinado conteúdo foi escolhido para ser apresentado e divulgado para os visitantes. Entre esses, é possível perceber uma atenção especial a determinado público: as crianças. O conteúdo em questão é fruto de um episódio real, mas cujas versões estão entrelaçadas a posições ocupadas pelos envolvidos no mesmo. Neste sentido, temos uma tensão entre memória e história. Halbwachs (1990) considerava que a história entra em cena para “salvar” a memória quando ela está em decomposição. Conforme as lembranças fossem deixando de existir – no processo de dissolução dos grupos, dos “quadros”, que as sustentavam – a história incorporaria essas reminiscências no âmbito específico de seu discurso. Sendo assim: A história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens. Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva. É porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social (Ibidem, p.80). No entanto, para Halbwachs, a história tentar reproduzir a memória é inútil, pois a vivacidade da memória, em seu contexto social, já se perdeu. Outro ponto importante é que esse autor, ao ver a conversão da memória em história, situa esse processo em termos de “reprodução”, de “compilação”,

ou seja, as lembranças seriam incorporadas à história sem trabalho crítico desmistificador, apenas numa outra forma de organização e transmissão.

Conclusão:

No presente trabalho construí uma narrativa a partir das entrevistas com os envolvidos no episódio em tela que relataram suas memórias, confrontadas com pesquisas criteriosas oriundas de documentos recolhidos nas instituições que de uma ou outra forma participaram desse processo social. Olhei para as memórias ali elaboradas buscando uma narrativa plural, isto é, que contemplasse o maior número possível de vozes e o resultado aqui apresentado é a de um campo de disputas, organizado pelas tensões vividas não somente pela ampliação da represa de Ribeirão das Lages, mas pela permanência de memórias entre os muitos discursos que significam São João Marcos. Nesse mosaico, a relação entre o presente vivido, ou seja, a construção e o funcionamento do Parque; as memórias do passado, isto é, os conflitos gerados pela demolição e inundação da cidade pelas águas da represa e, o futuro percebido como momento de inserção em um circuito econômico valorizado, demarcou a disputa pela memória existente neste espaço onde as contradições emergem como possibilidades de reconstrução de significados.

O momento de crise, vivido como possibilidade concreta de desaparecimento do centro urbano de São João Marcos pela demolição e inundação, levou os moradores a reconstruírem o passado atribuindo a ele significados cujas percepções são as expostas e exibidas nos denominados projetos educacionais promovidos pelo Instituto Light para o Desenvolvido Urbano e Social. Essas construções emergiram das significações sociais atribuídas ao lugar habitado por eles, pautadas pelas diferenças, mas unidas no sentimento de pertencimento. A partir da submersão de São João Marcos, o passado é ressignificado e o presente imediato a essa ocorrência é construído na relação com esse passado. A demolição e inundação marcam o fim de um tempo social e o começo de outro, estabelecendo não uma ruptura, mas uma relação entre o que se vive agora, as memórias sobre o ontem e as expectativas para o amanhã.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, M. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo, Hucitec, 1993

COSTA, Flavia Roberta. **Turismo e Patrimônio Cultural: interpretação e qualificação**. São Paulo: Editora Senac São Paulo. 2009

GONÇALVES, José Reginaldo. **Monumentalidade e Cotidiano: os patrimônios culturais como gênero discursivo**. In: Lucia Lippi Oliveira (Org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV. 2002.

_____. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: Regina Abreu e Mario Chagas (Orgs.). Patrimônio e Memória: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DPA/FAPERJ. 2003.

_____. **Ressonância, materialidade e subjetividades: as culturas como patrimônios**. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005

_____. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Coleção: Museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Comunicação apresentada no Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais**. Caxambu: MG. 2010.

HALBWACHS, Michael. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. **Destination Culture: Tourism Museums and Heritage**. University of Califórnia Press, Berkeley, 1998.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **Os comícios e a política de facções**. Anuário Antropológico, v. 94, p. 31-94, 1995.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de Oliveira. **Memória, Patrimônio e Turismo: a biografia cultural das Ruínas do Conjunto Arquitetônico de São João Marcos (RJ)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

SERRA, Mozart Vitor Serra (Org). **São João Marcos: patrimônio e progresso**. Rio de Janeiro: Cidade Viva: Instituto Cultural Cidade Viva. 2011.